

**ATA DA 115ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CBH RIO DAS VELHAS
REALIZADA EM 04 DE FEVEREIRO DE 2022**

1 Aos quatro quinze do mês de fevereiro de 2022, às 14 horas, reuniram-se ordinariamente os membros do Comitê
2 da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH rio das Velhas), por meio de videoconferência utilizando a
3 plataforma Zoom (link: <https://us02web.zoom.us/j/83452616797>) com transmissão ao vivo no canal *Reuniões*
4 *CBH Rio das Velhas* no Youtube, para participarem da 115ª Reunião Plenária Ordinária do CBH rio das Velhas.
5 **Participaram os seguintes conselheiros titulares gestão 2017-2021:** Leila Margareth Moller, Agência Reguladora
6 de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário - ARSAE-MG; Ivaldo Martins Boggione,
7 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER MG; João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento, Instituto
8 Estadual de Florestas – IEF; Fúlvio Rodriguez Simão, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais –
9 EPAMIG; Antônio André por Bárbara Silvério da Silva – Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Leopoldo Ferreira
10 Curi, Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – ARMBH; Maria de Lourdes
11 Amaral Nascimento (Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam); Leandro Vaz Pereira, Consórcio de
12 Saneamento Básico Central de Minas – CORESAB; Anna Luiza Oliveira Nascimento (Prefeitura Municipal de
13 Curvelo); Poliana Aparecida Valgas de Carvalho, Prefeitura Municipal de Jequitibá; Rodrigo Hott Pimenta,
14 Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves; Humberto Fernando Martins Marques, Prefeitura Municipal de Belo
15 Horizonte; Nádja Murta Apolinário, Prefeitura Municipal de Ouro Preto; Renato Junio Constâncio, Companhia
16 Energética de Minas Gerais (CEMIG); Deivid Lucas de Oliveira, Federação das Indústrias do Estado de Minas
17 Gerais – FIEMG; Mauro Lobo de Resende, Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (SINDIEXTRA);
18 Heloísa Cristina França Cavallieri Pedrosa, Serviço Autônomo de Saneamento Básico - SAAE Itabirito; Nelson
19 Cunha Guimarães, Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA); Valter Vilela Cunha, Associação
20 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental Seção Minas Gerais – ABES/MG; Luiz Felipe Pedersoli Porto Maia,
21 Associação Comunitária dos Moradores e Produtores da Agricultura Familiar de Campo Alegre, Capim Branco,
22 Serragem, Boquinha, Recanto, Varginha, Marmelada; José de Castro Procópio, Associação de Desenvolvimento
23 de Artes e Ofícios – ADAO; José de Castro Procópio, Associação de Desenvolvimento de Artes e Ofícios (ADAO);
24 Brenda Samara Barros Pereira, Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas (FONASC
25 CBH); Regina Célia Fernandes Faria, Associação para a Proteção Ambiental do Vale do Mutuca - PROMUTUCA e
26 Marcus Vinícius Polignano, Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas. **Participaram os seguintes conselheiros**
27 **suplentes gestão 2017-2021:** Marcos Antônio dos Santos, Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
28 Abastecimento (SEAPA); Rosa Maria Cruz Laender Costa, Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM; Sandra
29 Pereira Silva, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA; Germânia Florência Pereira
30 Gonçalves, Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo; Letícia da Silva e Souza Lopes, Prefeitura Municipal de
31 Funilândia; Eric Alves Machado, Prefeitura Municipal de Contagem; Kênia Janete Guerra, AngloGold Ashanti;
32 Filipe Leão Morgan da Costa, Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM); Luiz Cláudio de Castro Figueiredo, VALE
33 S.A.; Guilherme da Silva Oliveira, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG (no
34 exercício da titularidade); Gilberto Tiepolo, The Nature Conservancy – TNC; Tarcísio de Paula Cardoso, Associação
35 Comunitária dos Chacareiros do Maravilha – ACOMCHAMA; Cecília Rute de Andrade Silva, Movimento
36 CONVIVERDE; Ronald Carvalho Guerra, Associação dos Doceiros e Agricultores Familiares de São Bartolomeu –
37 ADAF; Leonardo José de Resende Teixeira, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA
38 MG) e Maria Luísa Lelis Moreira, Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu – COMUPRA. **Participaram**
39 **também:** Letícia Vitorino, Laura de Matos, Euclides Dayvid, Derza Nogueira, Karen Castelli e Dimas Correa,
40 FUNDEP - Mobilização e Educação Ambiental do CBH Rio das Velhas; Ohany Ferreira e Thiago Campos, Agência
41 de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo/Agência Peixe Vivo (APV); Paulo Barcala e Rodrigo de Angelis, TantoExpresso -
42 Comunicação CBH Rio das Velhas; Giuliane Portes, Igam; Isadora Tavares, URG A Igam; Carlos Alberto de Oliveira;
43 Aline Esteves Alves, Prefeitura Municipal de Curvelo; Rodrigo Flecha, HidroBR; Jumar e Leandro, SUDECAP. A
44 Coordenadora Técnica da Agência Peixe Vivo Ohany Ferreira faz a leitura de orientações básicas, visando ao bom
45 andamento da reunião virtual; realiza chamada nominal para confirmação de presença e quórum e apresenta
46 pauta. **Item 1.** Abertura, orientações e verificação de quórum. **Item 2.** Apresentação de vídeo sobre panorama
47 das enchentes na bacia do Velhas – Tanto Expresso. **Item 3.** Informes: Estudo sobre as manchas de inundação.
48 GT Barragens: segurança das barragens na bacia; impacto do transbordamento do dique Lisa da Mina Pau Branco
49 da Vallourec; retorno dos ofícios enviados pelo Comitê. **Item 4.** Aprovação da minuta da ata da reunião ocorrida
50 em 15/12/2021. **Item 5.** Composição GAT - atualização da metodologia da cobrança. **Item 6.** Apresentação Power
51 BI – Agência Peixe Vivo. **Item 7.** Deliberação CBH Rio das Velhas que “defer o Processo de Outorga N.º.
52 15.007/2012 – Canalização e/ou retificação de curso d’água”. Requerente: SUDECAP. **Item 8.** Recebimento de

**ATA DA 115ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CBH RIO DAS VELHAS
REALIZADA EM 04 DE FEVEREIRO DE 2022**

53 processos de outorga com empreendimentos instalados e/ou intervenções concluídas – CTOC. **Item 9.**
54 Apresentação ações de mobilização e educação ambiental 2021/2022 – FUNDEP. **Item 10.** Assuntos gerais e
55 encerramento. Na sequência, a Presidente do CBH rio das Velhas, Poliana Aparecida Valgas de Carvalho, abre
56 oficialmente a 115ª Plenária Ordinária do CBH rio das Velhas, desejando um feliz ano a todos e todas e
57 lamentando o falecimento do conselheiro do CBH rio das Velhas, Marco Aurélio Andrade Corrêa, representante
58 do Sindicato dos Produtores Rurais de Curvelo. Respeitado um minuto de silêncio os demais representantes da
59 Diretoria também lamentam o falecimento e destacam que o conselheiro era respeitoso, contundente e leal
60 àquilo que defendia. **Item 2. Apresentação de vídeo sobre panorama das enchentes na bacia do Velhas – Tanto**
61 **Expresso e Item 3. Informe sobre estudo sobre as manchas de inundação.** Poliana Valgas diz que várias cidades
62 do Alto e Médio Velhas sofreram com inundações em janeiro de 2022 e que será apresentado um vídeo que
63 explica porque esses processos vem acontecendo em um intervalo de tempo menor e com proporções maiores.
64 Fala que em 2021 foi realizado um ciclo de debates sobre as inundações e a importância do planejamento de
65 cidades sustentáveis e resilientes e que um dos encaminhamentos do evento foi o custeio de um estudo sobre
66 as manchas de inundações na bacia que irá auxiliar os municípios na tomada de decisão no tange a restringir o
67 uso do solo em certas áreas. Com a palavra o secretário do CBH rio das Velhas, Marcus Polignano, manifesta
68 solidariedade coletiva às pessoas atingidas pelas últimas enchentes e comenta que o escopo do projeto será
69 ampliado para incluir também um plano de manejo com ações de curto, médio e longo prazo. Por fim, pede uma
70 reunião com representantes do setor minerário para tratar das montanhas de sedimentos e rejeitos que ficaram
71 em várias cidades após as enchentes. Valter Vilela comenta que lei nº 12608/2012 dá diretrizes para a criação de
72 sistema de informações e monitoramento de desastres. Felipe Morgan diz que está aberto ao diálogo e pede que
73 sejam convidadas outras mineradoras, além de Vale e Gerdau. Mauro Rezende fala que o cenário é complexo e
74 que é importante envolver a defesa civil de forma efetiva quando da contratação do estudo, pois algumas
75 manchas de inundação e rotas de fugas já foram mapeadas. Ronald Guerra comenta que deve-se observar o
76 papel de cada instituição no processo para que o Comitê não extrapole as suas funções. Destaca, por exemplo,
77 que os municípios devem fazer controle e fiscalização das suas leis de uso e ocupação do solo. Finaliza dizendo
78 que o Alto Velhas discute há muito tempo os problemas das ocupações às margens dos rios, mas o processo de
79 desenvolvimento das cidades continua o mesmo. Cecília Rute destaca a importância de remoção das pessoas das
80 áreas de risco. Humberto Marques convida os conselheiros para palestras promovidas pela Secretaria de Meio
81 Ambiente de Belo Horizonte com os temas chuvas na região metropolitana; política nacional da segurança de
82 barragens e segurança hídrica. O secretário do CBH Velhas conclui que o Comitê não vai entrar nas competências
83 de outros órgãos e que o plano será ordenador e orientador. Na sequência é apresentado o vídeo sobre as cheias
84 do rio das Velhas em 2022. **Item 3. Informe: GT Barragens: segurança das barragens na bacia; impacto do**
85 **transbordamento do dique Lisa da Mina Pau Branco da Vallourec; retorno dos ofícios enviados pelo Comitê.** Com
86 a palavra o coordenador do GT Barragens, Valter Vilela, explica a competência do Grupo de Trabalho de
87 Acompanhamento de Barragens. Diz que o GT prioriza acompanhar mais de perto as barragens que estão em
88 nível de emergência 3, ou seja, quando a ruptura é iminente ou está ocorrendo (20 barragens de acordo com o
89 relatório da Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM). Fala que a pedido da Diretoria do CBH Velhas, no dia
90 1º de fevereiro de 2022 foi realizada uma reunião do GT com o objetivo de discutir a segurança das barragens
91 da bacia após o período chuvoso e o impacto do transbordamento do dique Lisa da mina Pau Branco da Vallourec.
92 Compareceram à reunião representante da Vale e da Vallourec que responderam aos questionamentos dos
93 presentes. Na sequência, apresenta um resumo das informações e imagens repassadas pelas mineradoras. De
94 acordo com a Vale, visando minimizar possíveis efeitos de um rompimento das barragens mina Mar Azul B3/B4
95 em Nova Lima foi construída uma estrutura de contenção a jusante (ECJ) com 221 metros de comprimento e 33
96 metros de altura. A descaracterização das barragens já foi iniciada com previsão de conclusão em 2025. As chuvas
97 de janeiro não provocaram danos à barragem e a ECJ, entretanto, a água retida na ECJ alagou parte da estrada
98 Campo da Costa e uma ponte, impedindo o acesso. As barragens Forquilha I e III em Ouro Preto não sofreram
99 danos com as chuvas e a ECJ funcionou como previsto. A mina da Fábrica, Área IX em Ouro Preto que está inativa
100 passou do nível 1 para nível 2 e a Vale instalou 2 conjuntos de moto bombas para fazer o rebaixamento do nível
101 de água. A estrutura não apresentou problemas operacionais. A Vallourec informou que devido as chuvas, em 8
102 de janeiro de 2022, a pilha de co-disposição de estéréis e rejeitos Cachoerinha deslizou e provocou o
103 transbordamento do dique Lisa, situado a jusante da pilha, e construído para contenção de águas pluviais. O
104 transbordamento atingiu a BR 040 que ficou interditada por 2 dias. A mineradora ressaltou que a lama não atingiu

**ATA DA 115ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CBH RIO DAS VELHAS
REALIZADA EM 04 DE FEVEREIRO DE 2022**

o rio das Velhas e que está estudando, juntamente com os órgãos de fiscalização e ambientais as obras necessárias para recuperação do passivo ocasionado. A mineradora informou que possui mais uma barragem na bacia (desativada) e que desde 2015 não está utilizando barragens de rejeitos. Leopoldo Curi comenta que a ARMBH está desenvolvendo o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) da RMBH e que, além disso, está em licitação a contratação do plano de segurança hídrica da região. Coloca-se à disposição para promover discussão dos assuntos com a Diretoria do Comitê. Nelson Guimarães comenta que não houve interrupção do abastecimento em função do incidente com a Vallourec. Informa que a Copasa montou junto a sua captação um sistema especial de amostragem de água e que na próxima semana os dados estarão disponíveis para o Comitê. Ressalta que a Copasa não realiza análise de sedimentos e finaliza dizendo que o Igam realizou um plano de monitoramento e também está acompanhando o impacto. **Item 4. Aprovação da minuta da ata da reunião ocorrida em 15/12/2021.** Na sequência, o secretário do CBH rio das Velhas, Marcus Vinícius Polignano, coloca a ata da 114ª reunião ordinária realizada no dia 15/12/2021 para discussão e aprovação, sendo a mesma aprovada, com correções pontuais no texto observadas por Tarcísio Cardoso, Valter Vilela e Humberto Marques e abstenção dos representantes da PMMG e Copasa por não terem participado da reunião. **Item 5. Composição GAT - atualização da metodologia da cobrança.** Com a palavra, Thiago Campos, Gerente de Projetos da Agência Peixe Vivo, diz que em razão da publicação da Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (DN CERH) nº 68/2021 será necessária a atualização e aprimoramento da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Comenta que foi contratada uma consultoria especializada para auxiliar no aprimoramento da metodologia na bacia do Velhas e a vencedora do processo licitatório foi a HIDROBR. Diz que na próxima semana será assinada a Ordem de Serviços com previsão de 5 meses para execução dos trabalhos. Descreve as etapas do projeto e explica que foi prevista a formação de Grupo de Acompanhamento Técnico (GAT) para auxiliar no acompanhamento dos trabalhos. Após discussão com a Diretoria propõem-se a seguinte composição para o GAT: 2 representantes do segmento usuários de recursos hídricos; 2 representantes da sociedade civil; 1 representante do poder público municipal; 1 representante do poder público estadual; 1 representante da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC) e outro da Câmara Técnica de Projetos e Controle (CTPC). Todos os titulares terão suplentes. Haverá também participação da Agência Peixe Vivo e do Igam. Na sequência, Rodrigo Flecha, coordenador do projeto, se apresenta como engenheiro civil formado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e fala do seu histórico profissional, destacando que quando trabalhou na Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) esteve à frente dos estudos e implementação da cobrança na bacia do Paraíba do Sul, PCJ, São Francisco e rio Doce, deixando estruturada ainda a cobrança na bacia do Verde Grande e Paranaíba. Finalmente detalha os 4 produtos que serão produzidos pela empresa e finaliza dizendo que a expectativa é que o GAT seja estruturado na presente reunião para dar início aos trabalhos. Poliana Valgas entende ser importante incluir no GAT um membro da Diretoria e Marcus Polignano fala que a representação da Diretoria pode se dar de forma flutuante, realizando um rodízio entre os membros. Após discussão o grupo é formado por: Usuários de recursos hídricos - Deivid de Oliveira (Fiemg) e Nelson Guimarães (Copasa) como titulares; Luiz Cláudio Figueiredo (Vale) e Guilherme Oliveira (Faemg) como suplentes. Sociedade civil – Cecília Rute (Movimento Conviverde) e Leonardo Teixeira (Crea MG) como titulares. Poder Público Estadual – Ivaldo Boggione (Emater) como titular e Antônio André (PMMG) como suplente. Poder Público Municipal – Eric Machado (Prefeitura Municipal de Contagem) como titular e Leandro Vaz Pereira (CORESAB) como suplente. Foi combinado que os representantes da CTOC, CTPC e os suplentes da sociedade civil serão definidos posteriormente. Por se tratar de um item deliberativo foi antecipado o **Item 7. Deliberação CBH Rio das Velhas que “deferiu o Processo de Outorga Nº. 15.007/2012 – Canalização e/ou retificação de curso d’água”.** **Requerente: SUDECAP.** Tarcísio Cardoso inicia a apresentação justificando que presidiu a reunião da CTOC, pois a coordenadora da Câmara estava atuando em ações vinculadas às enchentes no município em que reside. Explica a intervenção será no córrego do Marimbondo – ribeirão Onça (município de Belo Horizonte) e que o processo se iniciou no ano de 2012. Continua dizendo que a CTOC geralmente delibera em 3 momentos, primeiro convoca uma reunião para que o empreendedor apresente o projeto; em uma segunda etapa é feita uma visita ao local e finalmente é realizada a reunião deliberativa. Destaca que a Câmara Técnica não é a instância de decisão final e sim de assessoramento ao plenário. Menciona que o processo em questão chegou ao Comitê no mês de dezembro e que houve dificuldade para quórum, tendo em vista as férias de grande parte dos conselheiros. Explica que a visita ao local da intervenção foi realizada por iniciativa do secretário do CBH Velhas e que posteriormente foi realizada uma segunda reunião entre Diretoria, CTOC e SUDECAP. Em seguida, passa a

**ATA DA 115ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CBH RIO DAS VELHAS
REALIZADA EM 04 DE FEVEREIRO DE 2022**

157 palavra para Leandro do departamento de apoio a projetos da SUDECAP dar continuidade à apresentação.
158 Leandro fala que a intervenção proposta é a implantação de interceptor de esgotos nas duas margens do córrego
159 Marimbondo e a implantação do canal em gabião para estabilização das margens. Diz que o córrego Marimbondo
160 já sofreu intervenções praticamente em todo o seu trecho natural, restando apenas os quarteirões 37 A e o 41
161 que é objeto da PBH em uma licitação para melhoria das condições de saneamento básico; limpeza urbana;
162 tratamento e gestão de resíduos sólidos; drenagem urbana e manejo de águas pluviais. Explica que nos trechos
163 com intervenções foram utilizadas técnicas tradicionais com galerias e canais em concreto armado que
164 aumentam a velocidade de escoamento. No entanto, para as intervenções em questão, serão aplicadas técnicas
165 mais sustentáveis e compensatórias, que tendem a aumentar a infiltração de água no solo; favorecer o ciclo
166 hidrológico e controlar o escoamento mais próximo possível da fonte. Nesses trechos está prevista a implantação
167 de um canal em gabião que permite a comunicação do curso d'água com o lençol freático. Foi identificado que
168 o quarteirão 41 apresenta bastante vegetação e foi avaliada a possibilidade de não implantar ou evitar ao máximo
169 implantar a estrutura de canalização em gabião nesse trecho. Explica que como o projeto é de 2012 existe a
170 dificuldade em atualizá-lo, pois o contrato com a empresa projetista já foi finalizado e o cadastro dos indivíduos
171 arbóreos foi feito àquela época. O que a SUDECAD pretende fazer durante as obras é não implantar o gabião
172 para contenção das margens, se for possível, e desviar o interceptor para não suprimir nenhum indivíduo
173 arbóreo. Diz que o solo na região é mole e para evitar movimentação eventualmente serão necessárias
174 intervenções pontuais para conter as margens. Continua dizendo que o prazo estimado da obra são 12 meses e
175 a população que será direta e indiretamente atingida são cerca de 10 mil pessoas. Conclui que será implantada
176 uma pista de caminhada para as pessoas terem a possibilidade de conhecer e participar da questão da natureza
177 inserida no contexto urbano. Retomando a palavra, Tarcísio Cardoso apresenta as fotos da visita técnica, dando
178 destaque aos locais com vegetação natural que precisam ser preservados. Marcus Polignano agradece a
179 apresentação sintética e objetiva da SUDECAP. Fala que na área de intervenção existe um trecho de
180 aproximadamente 700 metros com uma mata densa e uma pequena cascata. Diz que não vê sentido em
181 desmontar o patrimônio natural para criar uma estrutura de concreto. Entende que a área de servidão é
182 necessária, mas pondera que é possível pensar em uma obra mais equilibrada, aproveitando o patrimônio natural
183 que está cumprindo seu papel. Na sequência, Ohany Ferreira faz a leitura das recomendações ao empreendedor
184 1 – Que seja desenvolvido um projeto de educação ambiental junto à comunidade do entorno as intervenções,
185 visando à sensibilização e a conscientização para preservação da área, principalmente em relação ao descarte
186 irregular de resíduos sólidos no córrego Marimbondo; 2 – Verificar a possibilidade de alteração do projeto
187 visando à manutenção em leito natural do trecho encachoeirado próximo a Rua Monte Alverne, tendo em vista
188 que o trecho apresenta uma nascente, uma bacia natural e um leito com pedras que produz significativa redução
189 da velocidade de escoamento das águas do córrego Marimbondo; 3 – Realizar o cercamento e isolamento da
190 área onde está ocorrendo o processo de regeneração natural, inclusive por questões de segurança. Cecília Rute
191 manifesta preocupação com o fato de o Comitê ter que se manifestar sobre intervenções que foram projetadas
192 há muito tempo, considerando que as áreas que receberão as intervenções podem estar completamente
193 diferentes do que consta no projeto. Humberto Marques diz que o Comitê pode tentar se reunir com Ricardo
194 Aroeira, Diretor de Águas Urbanas, para propor que projetos futuros com intervenções e outorgas sejam
195 informados ao CBH antes de serem encaminhados ao Igam. O secretário do CBH rio das Velhas agradece a
196 condução democrática e hábil de Tarcísio Cardoso e após votação nominal a Deliberação CBH Rio das Velhas que
197 defere o Processo de Outorga N°. 15.007/2012 é aprovada com abstenção do representante da PMMG, com a
198 justificativa que é sua primeira reunião no Comitê. Com o objetivo de seguir uma sequência lógica nas discussões
199 segue-se para o **Item 8. Recebimento de processos de outorga com empreendimentos instalados e/ou**
200 **intervenções concluídas – CTOC.** Rodrigo Lemos, membro da CTOC como representante da PROMUTUCA, fala
201 que a CTOC foi criada em 2002 com o objetivo de discutir o processo de outorga e trazer o debate para o plenário.
202 Destaca que o Comitê tem 60 dias para avaliar processos de outorga muitas vezes extremamente complexos.
203 Relata que a Câmara Técnica tem recebido recorrentemente processos de intervenções de pequeno porte e
204 potencial poluidor, como rebaixamentos do nível de água subterrânea para obras civis, com vazões pouco
205 significativas. Contudo diz que o principal problema tem sido o envio para o Comitê, de forma recorrente, de
206 processos com intervenções já concluídas ou em andamento. Ressalta que não vê sentido de se fazer uma visita
207 técnica e se manifestar sobre processos já concluídos há anos atrás. Menciona que esse tipo de situação vem
208 causando um desconforto nos conselheiros da CTOC e entende ser importante provocar o debate no CBH.

**ATA DA 115ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CBH RIO DAS VELHAS
REALIZADA EM 04 DE FEVEREIRO DE 2022**

209 Apresenta, na sequência, uma série de dúvidas, pedindo que Agência Peixe Vivo responda por meio de um
210 parecer: 1. Há irregularidade no ato administrativo de concessão de licença ambiental sem outorga prévia do
211 Comitê de Bacia Hidrográfica? 2. A realização de intervenção hídrica sem outorga prévia do CBH constitui infração
212 administrativa ambiental? 3. Caso afirmativo, quais autoridades devem ser notificadas pelo Comitê, para a
213 apuração de eventuais infrações? 4. É possível a manifestação do CBH em procedimento de outorga cuja
214 intervenção já foi realizada sem a outorga prévia do Comitê? 5. No caso de realização de intervenção sem outorga
215 prévia, o procedimento administrativo deve ser suspenso pelo Comitê? 6. Há risco de responsabilização ou
216 improbidade por parte dos Conselheiros caso se manifestem em procedimento de outorga cuja intervenção já
217 foi realizada? Continua dizendo que as dúvidas criam imprecisões e receio de responsabilização por parte do
218 conselheiro. Lembra que Minas Gerais é o único estado que remete a discussão da outorga para os Comitês e
219 comenta que recebendo processos com intervenções já concluídas perde-se a oportunidade de construir um
220 entendimento comum. A coordenadora da CTOC, Heloísa Cavallieri, explica que a CT tem dúvidas se deve
221 deliberar a respeito de processos concluídos ou se deve devolvê-lo para o órgão gestor. Os conselheiros
222 entendem que a não deliberação pode prejudicar o empreendedor que por vezes não tem culpa pelo atraso na
223 condução do processo. A presidente do CBH Velhas manifesta solidariedade aos conselheiros da CTOC; e como
224 encaminhamentos propõe a elaboração de uma moção de insatisfação quanto a forma que os processos têm
225 sido enviados para o Comitê; o agendamento de uma reunião da Diretoria Ampliada, CTIL, CTOC, Peixe Vivo e
226 Igam para tratar do assunto e a formalização via ofício do pedido de apoio da Agência Peixe Vivo na respostas
227 aos questionamentos enviados pela CTOC. José Procópio se posiciona pela não aprovação de processos com
228 obras já concluídas ou iniciadas. Entende ser importante a manifestação do CBH, a provocação do órgão gestor
229 e em última instância o acionamento do Ministério Público. Nádja Apolinário comenta que devido ao tempo
230 transcorrido o profissional que construiu o projeto pode, inclusive, não estar mais disponível para apresentar
231 informações complementares e tirar dúvidas. Cecília Rute fala que os processos ficam parados por muito tempo
232 no Igam e às vezes o empreendedor aguarda anos pela avaliação. Ressalta que o Comitê já tentou dialogar com
233 o Igam em outros momentos e que a situação não foi resolvida. Leonardo Teixeira entende que o Comitê tem
234 autoridade para lidar com o assunto diretamente com o órgão estadual e entende que não é necessário fazer a
235 moção. João Sarmiento fala que a CTOC pode manifestar que não há condição jurídica e nem técnica para avaliar
236 os processos com intervenções já concluídas. Entende que a moção é um instrumento interessante que oficializa
237 e expõe a vontade de um grupo e que ela não inviabiliza e nem para as outras ações. Sugere ainda o envolvimento
238 da Advocacia Geral do Estado (AGE). Tarcísio Cardoso comenta já foi discutido sobre a não deliberação dos
239 processos pela CTOC. Diz que na ausência de manifestação do CBH é a Secretaria Municipal de Meio Ambiente
240 que delibera. Continua recordando que no passado o Comitê recusou a autorização para um processo de outorga
241 e imediatamente o mesmo foi liberado pela Secretaria, sem nenhuma comunicação para entender os motivos
242 da negativa por parte do Comitê. No entanto, finaliza recomendando que o Comitê não se preocupe com as
243 outras instâncias e faça seu trabalho com a devida segurança jurídica. Considerando que a maioria dos
244 conselheiros é favorável às propostas da presidente, todas serão encaminhadas. Heloisa Cavallierre pede que a
245 moção seja realizada em paralelo com os demais encaminhamentos para dar celeridade. **Item 6. Apresentação**
246 **Power BI – Agência Peixe Vivo.** Thiago Campos apresenta o balanço dos investimentos do ano de 2021.
247 Inicialmente demonstra o caminho para acesso aos relatórios no site da Agência Peixe Vivo e do Comitê. Explica
248 que o painel é interativo e bem simples e que a partir dele é possível fazer uma avaliação rápida do desempenho
249 ao longo do ano. Menciona que o PIA é atualizado nos sites até o dia 11 do mês subsequente e no momento os
250 dados disponibilizados são até 31/12/2021. Demonstra as estruturas de filtros que podem ser aplicados, como
251 por componente; subcomponente; ação programa; atividade e subação (projetos), além de gerência
252 responsável; fiscal (funcionário dentro da APV responsável) e status (se concluído, em andamento, em licitação,
253 cancelado). Fala que para o ano de 2021 foram previstas 40 ações, das quais 18 estavam em execução até 31/12;
254 12 foram concluídas; 5 estavam em licitação e 5 não haviam sido iniciadas. Continua dizendo que de um total de
255 11,5 milhões planejados, foram contratados aproximadamente 10,5 milhões e executados pouco menos de 8
256 milhões (aproximadamente 68% do planejado). Por fim apresenta a tela com o detalhamento das subações e o
257 desempenho de cada uma delas. A presidente do Comitê elogia a apresentação e a disponibilização das
258 informações de forma transparente e didática, inclusive para públicos que não são do Comitê. Pelo avançar da
259 hora, e com a concordância do Plenário o **Item 9. Apresentação ações de mobilização e educação ambiental**
260 **2021/2022 – FUNDEP** será retomado na próxima reunião. **Item 10. Assuntos gerais e encerramento.** Derza



**ATA DA 115ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CBH RIO DAS VELHAS
REALIZADA EM 04 DE FEVEREIRO DE 2022**

261 Nogueira, analista do projeto de mobilização e educação ambiental do CBH rio das Velhas comunica do seu
262 desligamento da equipe de mobilização; lembra seu histórico de atuação junto ao Comitê e aos subcomitês;
263 menciona as dificuldades superadas e destaca a maturidade, organização e mobilização atingidas pelo Comitê,
264 subcomitês e Agência Peixe Vivo. Por fim agradece a parceria e carinho de todos durante o seu trabalho. Na
265 sequência, Poliana Valgas informa do desligamento de Carlos Alberto de Oliveira que representava a Faemg no
266 plenário do CBH. A presidente lamenta a saída do conselheiro que atuou por anos de forma dedicada e
267 propositiva e pede que ele continue participando das ações do Comitê, sempre que possível. A reunião é
268 finalizada com diversas manifestações de carinho e admiração pelo trabalho de Derza Nogueira e Carlos Alberto.
269 Não havendo mais assuntos a tratar, a presidente Poliana Aparecida Valgas de Carvalho encerra a reunião da
270 qual lavrou-se a presente ata. A Diretoria do Comitê atesta que a reunião foi realizada com estrutura mínima
271 para possibilitar a participação dos conselheiros.

Poliana Aparecida Valgas de Carvalho
Presidente do CBH Rio das Velhas

Marcus Vinícius Polignano
Secretário do CBH Rio das Velhas